

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO n.º _____, de 2020.

(Da Bancada do PSOL)

Solicita ao **Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Sr. Augusto Heleno**, informações sobre as reuniões realizadas no Palácio do Planalto com objetivo de debater e avaliar a possibilidade de intervenção e destituição de Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, com base no art. 50, § 2º da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, as seguintes informações e documentos do **Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Sr. Augusto Heleno**, informações sobre reuniões realizadas no Palácio do Planalto na presença de outros Ministros de Estado e do Presidente da República para debater e avaliar, entre outros assuntos, as possibilidades de intervenção e destituição de Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

As informações devem ser prestadas de maneira clara e objetiva, sob pena de cometimento de crime de responsabilidade, nos termos do art. 50 da Constituição Federal.

- 1) Informações obtidas através do acesso ao portal da Casa Civil registram a realização de reunião no dia 22 de maio de 2020, das 9h às 10h, com a presença do Ministro-Chefe da Casa Civil, Walter Bagra Netto, do Ministro-Chefe da Secretaria de Governo, Sr. Luiz Eduardo Ramos e do Sr. Douglas Bassoli, Secretário Executivo do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República¹. Este Ministério confirma a realização do referido

¹ Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/acesso-a-informacao/agendas-da-casa-civil/agenda-do-ministro/2020-05-22>

encontro? Qual a pauta e o objetivo da reunião? Solicitamos que nos sejam encaminhadas cópias das atas, e-mails, integra do registro em vídeo e fotográficos e/ou outros documentos que registrem e justifiquem o encontro.

- 2) Informações obtidas através do acesso ao portal eletrônico da Presidência da República registram que o Presidente esteve, entre 9h e 9h:30min, também no dia 22 de maio, em reunião no Palácio do Planalto com a participação do Ministro-Chefe da Secretaria de Governo, do Ministro-Chefe da Casa Civil, Sr. Walter Braga Netto, do Sr. Presidente da República, Jair Bolsonaro, e deste Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, Sr. Augusto Heleno². Este Ministério confirma a realização da referida reunião? O Ministro esteve presente no encontro? O que justifica o desencontro das informações públicas em ambas as páginas eletrônicas? Solicitamos que nos sejam encaminhadas cópias das atas, e-mails, registro fotográficos e/ou outros documentos que registrem e justifiquem o encontro.
- 3) Informações publicadas na página da Presidência da República³ também indicam a realização de reunião no dia 22 de maio, das 10h às 11:25min, no Palácio do Planalto com a presença do Ministro de Estado da Justiça, André Mendonça, do Ministro de Estado da Defesa, Fernando Azevedo, do Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, Augusto Heleno, do Advogado-Geral da União, José Levi Mello do Amaral Júnior e deste Ministro-Chefe da Secretaria de Governo. Este Ministério confirma a realização do referido encontro? Qual a pauta e o objetivo da reunião? Solicitamos que nos sejam encaminhadas cópias das atas, e-mails, integra do registro em vídeo e fotográficos e/ou outros documentos que registrem e justifiquem o encontro.
- 4) Matérias jornalísticas estão repercutindo, a partir do relato de quatro fontes distintas, informações sobre a realização de reunião no dia 22 de maio de 2020, às 9h, no Palácio do Planalto, com a presença do Sr. Ministro-Chefe da Casa Civil, Walter Braga Netto, do Presidente da República, Jair Bolsonaro, do Ministro-Chefe da Secretaria de Governo, Sr. Luiz Eduardo Ramos, e do Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, Sr. Augusto Heleno⁴. Solicitamos informações sobre o referido encontro, bem como informações sobre quem esteve presente e a pauta objeto de análise e deliberação. Pedimos que nos sejam enviadas cópias dos e-mails de convocação da

2 Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/agenda-do-presidente-da-republica/2020-05-22>

3 Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/agenda-do-presidente-da-republica/2020-05-22>

4 Disponível em: https://piaui.folha.uol.com.br/materia/vou-intervir/?amp&__twitter_impression=true.

reunião, bem como cópias das atas, e-mails, registro fotográficos e em vídeo e/ou outros documentos que registrem e justifiquem o encontro.

- 5) Este Ministro esteve presente ou tem conhecimento de reuniões realizadas entre os meses de maio e julho do corrente ano em que tenham sido debatidas estratégias de intervenção (militar ou não) ou de destituição de Ministros da Supremo Tribunal Federal (STF)?
- 6) Este Ministro esteve presente ou tem conhecimento de reuniões realizadas entre os meses de maio e julho do corrente ano, incluindo a reunião realizada no dia 22 de maio com a presença do Sr. Presidente da República, Jair Bolsonaro, em que o mesmo teria afirmado “Vou intervir!”, referindo-se ao Supremo Tribunal Federal?
- 7) Este Ministro esteve presente ou tem conhecimento de reuniões realizadas entre os meses de maio e julho do corrente ano em que tenham sido debatidos os Inquéritos em curso no Supremo Tribunal Federal (INQ) nº 4831 e (INQ) nº 4781, especificamente no tocante ao pedido analisado pelo Ministro Celso de Mello em que fora solicitada a apreensão do celular do Presidente da República, Jair Bolsonaro?
- 8) Este Ministro esteve presente ou tem conhecimento de reuniões, contatos, encontros ou qualquer outro tipo de interação com o jurista Ives Gandra da Silva Martins entre os meses de janeiro de 2019 e julho de 2020 para defesa da intervenção militar? Se sim, solicitamos informações sobre as datas e os motivos dos referidos encontros.
- 9) Em todas as respostas, anexar notas técnicas, pareceres, memorandos, atas de reuniões, e-mails, despachos e qualquer outro documento relacionado ao tema que justifique as respostas.

JUSTIFICAÇÃO

É muito grave a revelação, publicada na Folha de São Paulo, que mostra que o Presidente Jair Bolsonaro afirmou que iria intervir no Supremo Tribunal Federal. O ato teve apoio de Ministros de Estado do Governo Bolsonaro. De acordo com a matéria, Bolsonaro queria mandar tropas para o Supremo:

Bolsonaro queria mandar tropas para o Supremo porque os magistrados, na sua opinião, estavam passando dos limites em suas decisões e achincalhando sua autoridade. Na sua cabeça, ao chegar no STF, os militares destituíam os atuais onze ministros. Os substitutos, militares ou civis, seriam então nomeados por ele e ficariam no cargo “até que aquilo esteja em ordem”, segundo as palavras do presidente. No tumulto da reunião, não ficou claro como as tropas seriam empregadas, nem se, nos planos de Bolsonaro, os ministros destituídos do STF voltariam a seus cargos quando “aquilo” estivesse “em ordem”. A essa altura, ele já tinha decidido também que não entregaria seu celular sob hipótese alguma, mesmo que tivesse que descumprir uma ordem judicial. “Só se eu fosse um rato para entregar meu celular para ele”, disse, fazendo uma comparação que voltaria a usar, em público, no transcorrer do dia.

É preciso considerar que tais atos atentatórios contra a democracia são reiterados por parte do Presidente da República. Como é público e notório, é recorrente a tentativa do governo Bolsonaro de interferir nas instituições para perseguir oponentes políticos, atacar a democracia e aliviar investigações contra familiares e investigados. É possível perceber que não se trata de declarações isoladas do Presidente, mas uma prática permanente de desrespeito à Constituição Federal e dos Tratados Internacionais de Direitos Humanos.

É inaceitável, no Estado Democrático de Direito, a constante ameaça e perseguição do Presidente da República contra as instituições democráticas. Há em curso um recrudescimento autoritário, com graves consequências para a democracia brasileira e que coloca em risco a Constituição Federal de 1988 e os valores por ela expressados. Diante dos fatos graves, é dever fundamental dos poderes constituídos, a Câmara dos Deputados, a tomada das providências cabíveis para fiscalizar os atos que atentam contra o Estado Democrático de Direito.

O poder da Câmara dos Deputados de requisitar informações sobre assuntos de interesse público abrange quaisquer documentos ou informações sob a custódia do Poder Executivo, em qualquer formato ou mídia, incluindo, portanto vídeos e atas de reuniões, como é também pedido no presente requerimento.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Liderança do Partido Socialismo e Liberdade

Assim, é imprescindível que a sociedade tenha plena clareza do que foi debatido e pactuado nas reuniões ocorridas no Palácio do Planalto, sobretudo em relação ao tema da intervenção no Supremo Tribunal Federal. São essas as razões que nos levam a solicitar as informações contidas no presente Requerimento de Informações.

Salas das Sessões, de agosto de 2020

Fernanda Melchionna
Líder do PSOL

Edmilson Rodrigues
PSOL/PA

Marcelo Freixo
PSOL/RJ

Sâmia Bomfim
PSOL/SP

Áurea Carolina
PSOL/MG

David Miranda
PSOL/RJ

Glauber Braga
PSOL/RJ

Ivan Valente
PSOL/SP

Luiza Erundina
PSOL/SP

Talíria Petrone
PSOL/RJ





Requerimento de Informação **(Do Sr. Fernanda Melchionna)**

Solicita ao Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Sr. Augusto Heleno, informações sobre as reuniões realizadas no Palácio do Planalto com objetivo de debater e avaliar a possibilidade de intervenção e destituição de Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

Assinaram eletronicamente o documento CD205213383600, nesta ordem:

- 1 Dep. Fernanda Melchionna (PSOL/RS) *-(p_6337)
- 2 Dep. David Miranda (PSOL/RJ)
- 3 Dep. Edmilson Rodrigues (PSOL/PA)
- 4 Dep. Marcelo Freixo (PSOL/RJ)
- 5 Dep. Sâmia Bomfim (PSOL/SP)
- 6 Dep. Ivan Valente (PSOL/SP)
- 7 Dep. Luiza Erundina (PSOL/SP)
- 8 Dep. Glauber Braga (PSOL/RJ)
- 9 Dep. Áurea Carolina (PSOL/MG)

* Chancela eletrônica do(a) deputado(a), nos termos de delegação regulamentada no Ato da mesa n. 25 de 2015.